

A Estratégia e o Poder Aéreo

CEL JOHN A. WARDEN III, USAF, REFORMADO

QUANDO SURGE nova tecnologia comercial ou bélica, as vantagens, em custo e eficiência – de início, embora marginais – às vezes já ficam aparentes no momento em que ela entra em cena. Por outro lado, décadas ou até mesmo séculos podem passar antes de chegarmos à conclusão de que o novo componente não substitui o antigo, mas sugere a possibilidade de movimento rumo à nova dimensão, antes não disponível ou nem mesmo imaginável. Essa perspectiva miópica faz com que observadores competentes, em diferentes circunstâncias, menosprezem o potencial do novo dispositivo. Dois exemplos vêm à mente: em 1876 a *Western Union* observou que “este telefone possui muitas deficiências para que possa seriamente ser considerado um meio de comunicação. O dispositivo, para nós, não possui valor inerente”; em 1977 Ken Olsen

declarou que “não existe motivo algum para se ter um computador em casa.”¹

Na esfera militar, o poder aéreo – qualquer objeto guiado que se movimenta pelo ar ou espaço, tripulado ou remotamente pilotado – encontrou o mesmo problema, como indica o Marechal Ferdinand Foch, quando lecionava estratégia na *École Supérieure de Guerre* da França, antes da Primeira Guerra Mundial: “Os aeroplanos são brinquedos interessantes, mas sem valor militar.”² Sem dúvida, agora, poucos classificariam o poder aéreo de brinquedo. Por outro lado, nem muitos compreendem que ele pode e deve mudar a própria natureza da guerra.

Faz um século que o aeroplano foi empregado em combate pela primeira vez. O fato ocorreu na Líbia, durante a Guerra Italo-Turca de 1911.³ Nos anos que seguiram, seu alcance, velocidade, carga útil e precisão foram aperfei-



çoados. Desde seu emprego em grande escala durante a Primeira Guerra, vem contribuindo à solução de todo tipo de conflito. Apesar do antigo sucesso, a tendência é continuar a considerá-lo como meio de aperfeiçoar ou facilitar os antigos métodos bélicos e não como portal de entrada à diversificação revolucionária, de imensa relevância aos Estados Unidos.

Independente do potencial, jamais conseguirá alcançar a verdadeira capacidade se continuar restrito à perspectiva e nomenclatura anacrônicas da guerra. Além do mais, para que consiga atingir a verdadeira maturidade deverá seguir o conceito moderno da mesma, que associa o uso de força aos objetivos estratégicos da etapa final do jogo, da forma mais direta possível e não com a ação (lutar). Para que isso aconteça, os protagonistas devem compreender, acreditar e ensinar a estratégia da etapa final como a *raison d'être* de tal poder. Caso contrário, será subutilizado, fazendo com que os administradores sejam impossibilitados de empregar a capacidade de forma seriamente distinta, para alcançar os objetivos nacionais com prontidão e mínimo custo. Para triunfar, as autoridades competentes devem cessar de utilizá-lo como substituto aos antigos precursores militares. O que devem fazer é conectá-lo, diretamente, à etapa final dos jogos estratégicos, adotando nova terminologia que corresponda à promessa da tecnologia, promovendo, seriamente, não o maquinário, mas sim a noção. O conhecimento plausível de detalhes bélicos que possuímos abrange somente alguns milhares de anos. Apesar disso, a guerra parece ser componente essencial à condição humana. A maioria dos antigos embates ocorreu entre forças terrestres opostas. O raciocínio e os registros históricos concentram-se nos aspectos terrestres do conflito. O poder marítimo que, no mínimo, desde a Grécia Antiga desempenha função essencial, recebeu atenção menor ainda.

A fim de comprovar o que pode muito bem ser obsessão, citaremos o livro de Carl von Clausewitz, *Da Guerra [Vom Kriege]*, no qual o papel da Marinha na derrota de Napoleão é conspícuo pela sua ausência.

As operações terrestres tanto dominaram o estudo da guerra que veio a ser definida, quase que exclusivamente, como o embate entre exércitos opostos. Os conflitos, as batalhas tornaram-se, não só o critério fundamental do sucesso, mas também algo a desejar. Como disse Clausewitz:

O combate é a única força eficaz na guerra; sua meta é destruir as forças inimigas como meio para se chegar a outro fim . . . A conclusão é que a destruição das forças inimigas influencia todas as ações militares; todos os planos são, em última análise, nela baseados, apoiando-se na mesma como arco de ponte em seu estribo . . . A decisão por intermédio de armas é, para todas as operações maiores e menores de guerra, o que o pagamento em dinheiro significa para o comércio . . .

Assim, é evidente que a destruição das forças inimigas é sempre o meio prevalente, mais eficaz, com o qual os outros não podem competir.⁴

Nosso propósito não é criticar Clausewitz (em muitos aspectos, o *pontiff maximus* dos exércitos ocidentais há um século e meio), mas sim empregá-lo como escritor ainda bastante lido e exemplo de como a maioria das pessoas, inclusive chefes de nações e oficiais líderes raciocinam acerca da guerra. Para eles é, inevitavelmente, o embate de armas. Para reiterar, “a destruição das forças inimigas influencia todas as ações militares” . . . “é sempre o meio prevalente, mais eficaz, com o qual os outros não podem competir.” É impressionante como esta idéia continua enraizada em nossa mente e cultura, especialmente em vista de uma série de exemplos históricos de guerras que triunfaram ou foram influenciadas, em grande parte, por outros meios. Os leitores não necessitam de lembrete de que um dos maiores impérios do globo foi edificado com o respaldo de uma Marinha Real que frequentemente ganhou “guerras” ou impediu-as, pela mera presença.

Os defensores da obra *Da Guerra*, em sua maioria, ignoram o fato de que até mesmo Clausewitz disse que “sua meta é destruir as forças inimigas como meio para se chegar a outro fim”. Então, devido a uma série de motivos, ele e seus adeptos concentraram o raciocínio, a palavra escrita e a luta, em luta! E eis

o problema que nos encara: tratam do “outro fim” somente da boca para fora, continuando obcecados com a batalha.

Aqui, então, está a proposta: adotar a resolução de expurgar os termos *luta, batalha, moldar o campo de batalha, arena de guerra e guerreiro* do nosso vocabulário; relegar os “meios” de guerra ao final da lista; e colocar o “fim” no alto do pedestal de nossa consideração. Em outras palavras, enterrar os milhares de anos de registros de batalhas sangrentas, heróicas que fossem, e começar a ver a guerra e, eventualmente o poder aéreo, sob o nosso ponto de vista, que pela definição significa, da perspectiva estratégica.

A estratégia pode ser complexa, mas para o presente propósito podemos simplificá-la. Em seu nível mais elementar, dirige-se a quatro temas: *Onde, Que, Como e Saída*:

1. *Onde* queremos estar no futuro? Ou seja, que aparência desejamos para nós (e para o inimigo) em certo ponto futuro específico (pós-guerra)? Vamos denominá-la de futura tela.
2. Contra o *Que* colocaremos os recursos, a fim de criar condições que permitam alcançar o futuro que acabamos de descrever? No primeiro estágio da análise, iniciamos o processo ao identificar os sistemas que devem mudar, para que possamos criar essa futura tela. Naquele que segue, continuamos a identificar as fontes de poder [*center of gravity, em termos militares, significa a fonte de poder que providencia a força moral ou física, liberdade de ação, ou determinação de agir. Assim, traduzimos center of gravity como fonte de poder e não como ponto de equilíbrio*] contra os quais devemos empregar recursos concretos para forçar a necessária mudança de sistemas.⁵
3. *Como* e em que período de tempo podemos afetar aquilo contra o que estamos empregando os recursos? Nesse estágio, cedo ou tarde, tomaremos as decisões táticas. Entretanto, iniciaremos com decisões acerca do tempo que podemos gastar e a sequência de ataque contra as fontes de poder dentro daquele perí-

odo. Fazemos o impossível para evitar a seleção de táticas – bomba, bala ou torpedo – até compreendermos, muito bem, tudo o mais.

4. *Saída*. Como seguimos avante, após triunfo ou derrota? Às vezes, empreendimentos tão complexos e perigosos, como guerras, levam ao sucesso de um dos antagonistas. Seguir avante após o triunfo, contudo, não é fácil. Devemos dar ao evento o mesmo cuidado dedicado à futura tela e à decisão de travar guerra. Ainda mais perigoso é a possibilidade, muito mais provável, de cometermos grandes erros ao longo do caminho. A falta de plano, caso derrota, resulta em alta probabilidade de desastre.

Se pudermos criar uma futura tela para nós e para o inimigo, as duas questões de relevância direta ao tópico de poder aéreo e estratégia levam a outro (*Que?*) e a outro (*Como?*). Contudo, a retirada (*Saída*) de guerra dominada pelo poder aéreo, com desfecho positivo ou negativo é bem mais fácil do que a retirada de força terrestre.

Obviamente, se quisermos que a realidade (futura tela) atual seja distinta, algo deve mudar. Em esfera geopolítica, se possuímos uma futura tela (objetivo estratégico) para o inimigo (quer seja nação, grupo, como o *al-Qaeda*, ou tribo), aquele adversário deve mudar, de certa forma, para refletir tal quadro. Uma vez que é provável que o adversário não deseje mudar, devemos fazer algo para forçá-lo.

Os adversários são complicados, com muitas peças móveis e estáticas. No entanto, podemos simplificar a análise percebendo-os como um sistema, o que significa que funcionam de maneira razoavelmente conectada. Os sistemas existem para um propósito. Neste caso, para fazer algo que não queremos (talvez nada mais que sobreviver). Para alcançar um objetivo, a nação ou grupo utiliza os componentes internos.”

Por exemplo, se dado país desejasse atacar outro, seguiria os passos abaixo ou similares:

1. Um ou mais indivíduos (*líderes* com ou sem pasta) defendem a ideia, buscam o

- apoio de outros, suprimem aqueles contrários.
2. Desenvolve ou coloca em andamento os *processos* necessários para obter o apoio do maior número de membros, adquirindo recursos, como armas e munição para a tentativa; coloca outros processos em trâmite para recrutar, treinar e equipar as forças necessárias para a investida; e nutre os processos necessários para a sobrevivência do país, tais como comunicações, produção de víveres e sua distribuição, financiamento e manufatura.
 3. Assegura que as estradas e outras infraestruturas são adequadas à sobrevivência e apoio às operações.
 4. Toma passos para assegurar o apoio adequado da *população* e suprime a oposição.

5. Finalmente, envia algumas das *forças de campo*, quase sempre pequena parte da população (pelo menos desde o tempo dos mongóis) para levar a efeito o ataque designado.

Deve-se notar que o destacamento de forças de investida é o último passo do processo simplificado, [subentendendo-se] que o país provavelmente possui a habilidade de enviar maior número de forças, caso o primeiro grupo enfrente problemas. Ver Fig 1, abaixo.

Ao invertermos a sequência que acabamos de descrever (i.e., indo dos círculos externos em direção aos internos) vemos que o país provavelmente perderia toda a força que acabara de destacar. Contudo, se tudo o mais permanecesse constante [*et coeteris paribus*], continuaria sendo uma organização completamente capaz (manter em mente a pronta

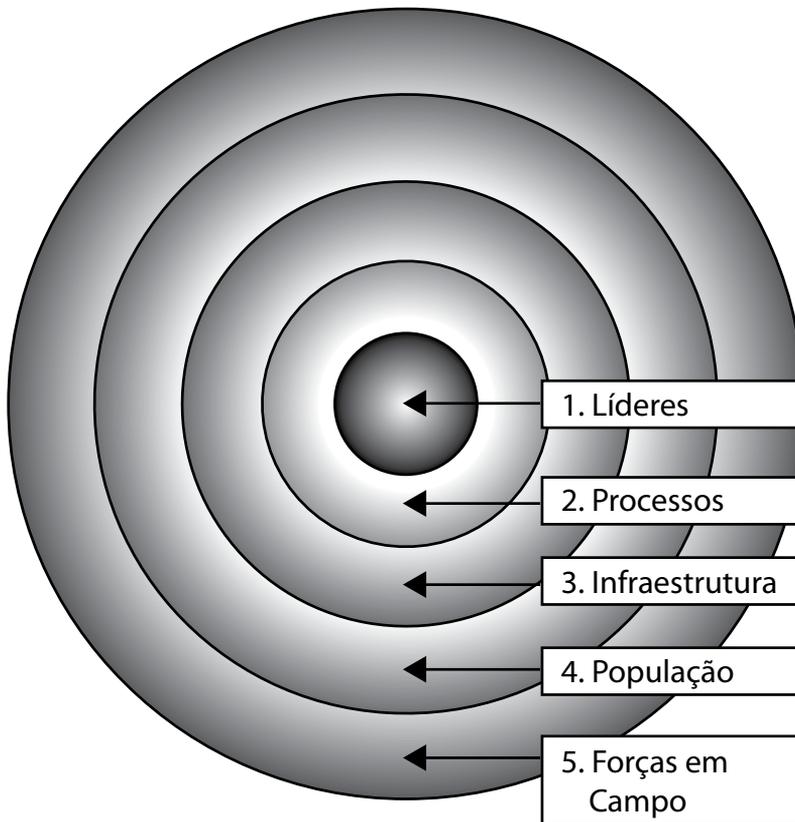


Figura 1. O inimigo como sistema – os cinco círculos

recuperação das perdas britânicas em Yorktown em 1781 e as perdas dos britânicos e das Nações Independentes Britânicas [*British Commonwealth*] em Cingapura em 1941).

Por outro lado, se: os líderes já não mais existissem; tivessem perdido o interesse no conflito; a comunicação fosse limitada; a produção e distribuição de víveres fosse interrompida; o movimento fosse difícil, ou mesmo impossível, o país (ou grupo) não mais poderia funcionar ao mesmo nível. Na verdade, estaria fadado ao fracasso dentro de certo período de tempo. Lembrem-se da Alemanha e do Japão em 1945. Apesar de grandes perdas em tropas de ataque, as forças japonesas, bastante grandes, continuavam a lutar até o momento em que se renderam. Esse fato sugere que o momento para começar a pensar em como atingir os objetivos geopolíticos não é quando estamos face a face com as forças armadas do adversário (quer sejam pilotos altamente treinados ou suicidas com cinturão de explosivos). Seria o pior cenário imaginável. O raciocínio deve sempre proceder dos círculos internos aos externos, nunca ao contrário.

Se conseguirmos perceber o inimigo como um sistema, primeiramente determinamos que aparência deve possuir, para que possamos formular sua futura tela. Em um dos extremos, Roma visualizava o desaparecimento de Cártago no final da Terceira Guerra Púnica. Para isso necessitava destruir aquele sistema. Em outro, durante a Guerra do Golfo, a fim de obter o objetivo principal norteamericano, que era a estabilidade regional, significava que o Iraque não poderia continuar sendo ameaça estratégica às nações vizinhas. Para isso era necessário enfraquecer, mas não destruir o Iraque (sistema) para que pudesse funcionar e defender-se mas não empreender novas aventuras no exterior.

Uma vez que as autoridades optam pelo efeito geral desejado para o sistema, o próximo passo é encontrar as fontes de poder cuja alteração criará a mudança desejada de forma tão direta (estrategicamente) quanto possível. Iniciamos com o círculo central, passando em direção ao externo, a fim de encon-

trar as fontes de poder corretas. Notem os seguintes exemplos simplificados:

1. *Líderes* (círculo um). Se líderes poderosos como Átila, Napoleão, Bismarck, Hitler ou bin Laden levam o adversário à determinada direção, sua remoção (e talvez a de associados íntimos) normalmente resultaria em reviravolta ou grande desaceleração. Se for o que desejarmos, a remoção ou conversão de líder (via força, persuasão ou mesmo suborno) seria ação estratégica direta, uma vez que a mudança de fonte de poder está diretamente associada ao objetivo estratégico.
2. *Processos* (círculo dois). Se o adversário recusa-se a concordar com os termos desejados, podemos colocá-lo em tal posição que seria impossível a persecução de objetivos que entrassem em conflito com a futura tela. Durante a Primeira Guerra Mundial, os Aliados levaram a efeito um bloqueio contra a Alemanha para evitar a distribuição de víveres, o que B. H. Liddell Hart considerava “fundamental” ao resultado da guerra. Preci-samente, a continuação do bloqueio em 1919 forçou seu governo pós-guerra a aceitar os termos cáusticos do Tratado de Versailles.⁶ A Alemanha não podia sobreviver em face de bloqueio com efeitos estratégicos diretos.
3. *Infraestrutura* (círculo três). Uma nação ou grupo necessita de certa quantidade de infraestrutura para funcionar. Mesmo que pertença a outrem, necessitamos, ainda hoje, de manter um local para exercer atividades profissionais ou comerciais. Na atual guerra do Afeganistão, causamos o efeito inicial e importante, privando o al-Qaeda da infraestrutura que servira tão bem de base de operações, campos de treinamento e difusão de doutrina. Esta perda não destruiu o grupo, mas profundamente complicou sua habilidade de exercer as atividades. É um exemplo de outro tipo de fonte de poder, intimamente vinculado a efeito estratégico necessário, em-

bora por si só, não conseguisse reduzir o grupo a nível controlável.

4. *População* (círculo quatro). As nações e grupos necessitam de elementos solidários e prestativos dentro da população (grupos demográficos). Durante a Emergência Malaia, o Reino Unido isolou a minoria étnica chinesa, o âmago do problema. Dessa forma conseguiu manter a situação sob controle.⁷ Naquele caso, o enfoque na fonte de poder representada pela população ajudou a direcionar os resultados estratégicos – o fim da emergência.
5. *Forças Destacadas* (círculo cinco). Se formos fiéis a Clausewitz, as forças inimigas em campo (as forças armadas) serão nosso enfoque – algo a engajar e a derrotar em batalha. É o normal. Quando uma nação ou grupo perde certa parte de suas forças em campo, existem três probabilidades: organiza-se e envia mais (forças); entabula diálogo para conseguir mais tempo ou aguarda algo positivo; ou concorda com os termos de paz oferecidos, quando parecem ser mais atraentes do que continuar lutando. Notem que a opção depende do adver-

sário e é imprevisível. Raramente ocorrem resultados estratégicos diretos com a mudança da fonte de poder das forças em campo. Afetar as forças em campo normalmente é aquele *meio* difícil para um *fim* nebuloso e distante.

Não é necessário pensar muito para notar que nem todas as fontes de poder nos cinco círculos possuem o mesmo valor, em termos de retorno pelo investimento requerido. Normalmente conseguimos retorno muito maior em investimentos (quer sejam bombas, balas ou oro) para afetar os círculos internos do que os externos (fig. 2). Isso não quer dizer que podemos ou devemos sempre ignorar os círculos externos. Significa, contudo, que podemos esperar que o custo de solucionar os círculos exteriores será bem alto, quando comparado ao retorno.

Na metodologia estratégica que acabamos de descrever, primeiro identificamos os objetivos estratégicos, o nosso “*onde*”, que é a futura tela para o adversário. (Na verdade devemos primeiro estabelecê-la para nós mesmos, mas isso é outro tema.) Ao vermos o adversário como sistema, encontramos as fontes de poder que, quando afetadas, possuirão o maior efeito direto na realização dos objetivos

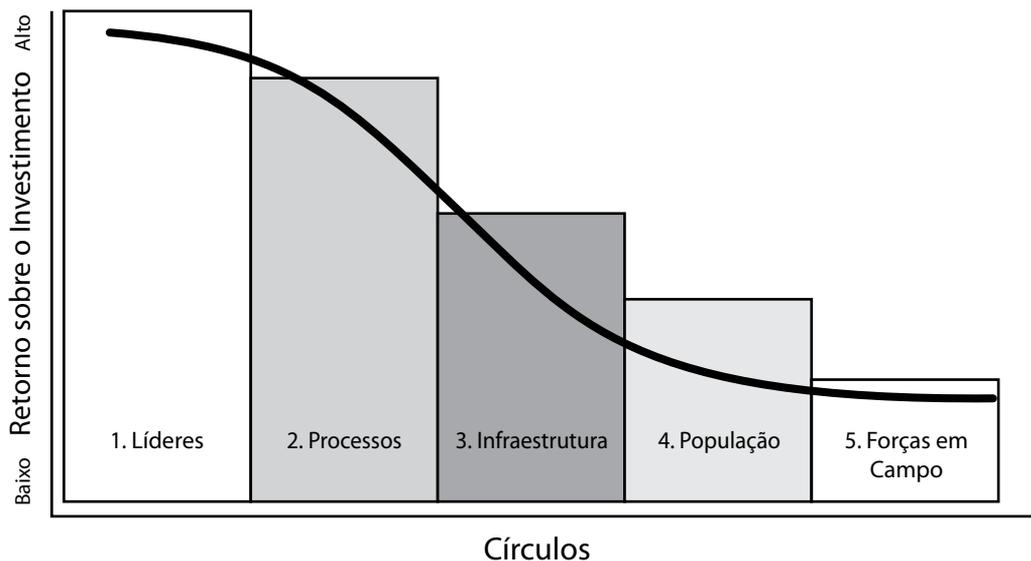


Figura 2. O retorno em investimentos para afetar os diferentes círculos

estratégicos. Em certos casos, perceberemos que somente uma ou duas serão suficientes, mas na maioria devemos influenciar várias em período de tempo relativamente limitado. Deve-se notar que até mesmo em grandes sistemas, tais como os Estados Unidos e a China, o número de alvos associados às fontes de poder é bem pequeno. Provavelmente menos de 1.000.

Se for necessário dispor de forças inimigas em campo, de um ou outro modo, podemos e devemos empregar exatamente a mesma metodologia utilizada durante a fase estratégica. Em primeiro lugar, identificamos o objetivo: destruição; imobilização; ou recrutamento. Em seguida, analisamos a força em campo (sistema) e encontramos as fontes de poder relevantes, principiando do centro. Neste caso, em geral, o número de fontes de poder relevantes resultará em menor quantidade de alvos do que em abordagem tradicional de guerra de atrição contra tropas e equipamento. O número de alvos associados às fontes de poder durante a fase de operação é surpreendentemente pequeno, mesmo em caso de grande força em campo. Provavelmente alguns milhares na pior das hipóteses. Caso em pauta, o Exército iraquiano em Kuwait em 1991.

Após identificar as fontes de poder, decidimos que curso de ação tomar: destruir; isolar; converter; paralisar; avaliar o sucesso; etc. Somente bem no final decidimos a metodologia (táticas) a empregar. Notem que se iniciarmos com o último passo – seleção de tática, tal como ataque terrestre – subverteremos todo o processo e provavelmente nada que fizermos terá sentido e muito menos será a melhor opção. A abordagem estratégica proporciona a liberdade de levar em consideração e mesclar todos os meios concebíveis para alterar a fonte de poder – um suborno, uma bomba aérea, um invasor de rede (informática), uma guerra via procuração, uma conferência, um prêmio, fundos de financiamento ou centenas de outras possibilidades. É interessante notar que ataque terrestre contra um exército seria uma das últimas opções adicionada à lista.

Se acabarmos selecionando o uso de força como meio principal ou complementar para alcançar os objetivos estratégicos, a metodologia que acabamos de descrever (ou algo similar) é vital à exploração eficaz do poder aéreo. Esta metodologia permite-nos selecionar as fontes de poder mais apropriadas, a fim de empregar o poder aéreo (caso apropriado) para produzir resultados estratégicos diretos. É um meio de ignorar o canto da sereia que chama à “batalha”; evitar o início com os “meios”, à la Clausewitz; dar, ao mesmo tempo, um discreto aceno aos “outros fins” sem, na verdade, ter idéia clara até onde o “meio” irá nos levar. As autoridades administrativas da nação compreendem esta metodologia até certo ponto. E é exatamente até onde compreendem o valor do poder aéreo. Daí em diante tornam-se vítimas de milhares de anos de histórico tático, já quase sem relevância. Outro componente essencial à estratégia, em geral ignorado, acentua ainda mais a importância do poder aéreo – o tempo, em si.

Os líderes de qualquer empreendimento competitivo, inclusive os líderes de nações (ou de quaisquer outros grupos), devem compreender a importância do tempo, pois é elemento vital e mesmo assim quase sempre mal gerenciado. Como Sun Tzu disse há dois mil anos: “Por essas razões, já ouvimos falar de guerras rápidas, torpes e eficazes, mas nunca de uma guerra longa que fosse inteligente . . . Nunca houve guerra longa que fosse benéfica para qualquer um dos reinos envolvidos”⁸ Esta declaração é tão pertinente hoje como quando ele a redigiu – com a exceção de que naquela época *longa* ou *prolongada*, provavelmente, queria dizer muitos meses. Hoje, no entanto, traduz-se à horas ou dias. Em simples termos, *rápida* é categoricamente boa, e *longa* é categoricamente perigosa e ruim, devido ao que denominamos de “valor do tempo de ação”. A origem do termo é o fenômeno causado pelos efeitos de choque produzidos por ataques concentrados e paralelos às fontes de poder. Durante o ataque em série – oposto ao paralelo – as forças tentam incapacitar uma ou pequeno número de fontes de poder, em sequência, ao longo do tempo.

Para que a futura tela venha a ser realidade, devemos alterar o sistema do adversário. Para isso atingimos uma ou mais fontes de poder. O impacto resultante depende da rapidez com que as fontes de poder são afetadas. Se agirmos com demasiada lentidão (em série) o sistema provavelmente encontrará meios de auto-recuperação, protegendo-se contra outros ataques, iniciando operações próprias contra os sistemas do adversário. Por outro lado, se incapacitarmos número suficiente de fontes de poder com a necessária rapidez (em paralelo), o sistema ficará paralisado, impedindo a auto-recuperação e os meios de proteção contra futuros ataques, bem como investidas competentes contra os sistemas inimigos. Durante aproximadamente a metade do último século observamos vários exemplos de abordagens paralelas e em série.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1943, os Estados Unidos levaram a efeito ataques aéreos em série contra alvos alemães.⁹ A Oitava Força Aérea dos EUA, por exemplo, atingiu somente cerca de 11 áreas consideradas “fontes de poder”. Seis foram direta ou indiretamente investidas contra forças em campo (aeronaves e navios). Das cinco restantes, somente as investidas contra instalações de triagem e de petróleo sintético (três investidas ao total contra dois locais) e, até certo ponto, fábricas de rolamentos aproximavam-se ao calibre de fontes de poder do segundo círculo (processos) que poderiam ter tido impacto geral na Alemanha, como um todo. Notem que não ocorreram investidas contra a liderança (círculo um) ou alvos importantes do círculo dois (processos) tais como eletricidade, comunicações de comando e controle, energia, transporte, víveres, finanças ou transmissões de rádio, para citar apenas alguns exemplos. Exceções foram o petróleo e instalações ferroviárias de triagem. Naquela época, o ataque a essas fontes de poder estava além da tecnologia disponível. Além do mais, seguimos uma escala de incursões muito bem calculada: nenhuma (que envolvesse mais de 10 aeronaves) tomaram lugar durante as 21 semanas do ano, e a média de ataques por semana para o ano inteiro foi somente de *um*.¹⁰ Embora essas investidas causassem dano con-

siderável e forçassem os alemães a realocar os recursos para defesa e reparos, o país, como sistema, estava funcionando bem ao término do ano. Devido ao mau tempo e aos bombardeiros empregados para desviar a atenção em apoio à invasão planejada para o Dia-D, a intensidade do ataque eficazmente transferiu as operações de, em série, à paralelas, somente no final de 1944. Ao final da guerra, em maio de 1945, o emprego adaptado do poder aéreo foi o fator principal da paralisação na Alemanha, porque número demasiado de *coisas* estava quebrado para permitir conserto eficaz, defesa ou contra-ataque competente.

Um fenômeno similar ocorreu durante a Operação *Allied Force* contra a Yugoslávia (Sérvia) em 1999. Durante o primeiro mês, os ataques em série foram, em sua maioria, direcionados contra as forças em campo. As forças do líder sérvio, Slobodan Milošović, operavam eficazmente sob esta metodologia de ataque, até mesmo escalando as operações em Kosovo. Durante o segundo mês, após os ataques passarem a ser paralelos, envolvendo as fontes diretas de poder (liderança direta e processos), a dissensão interna nos mais altos níveis do governo surgiu dentro de uma semana. A Yugoslávia declarou que estava retirando as forças de Kosovo duas semanas depois. Na oitava semana após a mudança em metodologia, a Yugoslávia, em essência, capitulou, declarando que aceitava os “princípios para um tratado de paz” do Grupo Europeu dos Oito.¹¹ [*O Grupo dos Oito (G8), criado pela França em 1975 para os governos das sete maiores economias de então: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e os Estados Unidos. Em 1997 adicionaram a Rússia. A União Européia também está representada, mas não podia ser hóspede ou presidir*].

Passar do domínio *paralelo* ao *em série* faz com que a probabilidade de sucesso decresça de forma dramática.¹² Tomar demasiado tempo reduz muito a chance de vitória. Não é impossível ganhar uma longa guerra, mas a probabilidade é bem baixa. Aplica-se a ambos os lados, apesar de grandes diferenças em fontes de poder. Uma vez que a boa estratégia depende muito em compreender as probabili-

dades, embarcar, deliberadamente, em longa guerra em série não tem lá muito sentido.

À medida que procedemos a domínio em série ocorre outro fenômeno, tanto em guerra, quanto em negócios. Na guerra o custo de operações sobe, de forma dramática, para ambos os lados: vida, dinheiro e equipamento. Por outro lado e às vezes de forma contraditória, uma investida paralela é menos dispendiosa para ambos, embora o comprometimento inicial e os gastos possam ser mais altos do que para o ataque em série. Em negócios, os gastos incluem: tempo para atingir o mercado; emprego ineficiente de pessoas e dependências; e falta de dados estratégicos. A enorme diferença manifesta-se quando analisamos o custo, do início à conclusão. Além do mais, as despesas associadas à operação em domínio paralelo ficam razoavelmente claras, em parte porque as previsões a curto prazo são bem mais fáceis. O cálculo de custo de operações em série é extraordinariamente difícil. As despesas concretas quase sempre superam as estimativas. Os exemplos abundam, inclusive as estimativas para projetos federais de aquisição e aquelas para as despesas de guerra.

A Figura 3 capta o conceito do *valor do tempo de ação*, demonstrando algumas das mui-

tas anomalias possíveis, à medida que dado protagonista transita rumo ao domínio em série. Também ilustra a taxa média para o custo de operações.

Em simples palavras, em guerra ou negócios, a abordagem do elemento tempo é completamente contrária à normal, *i.e.*, perguntamos quanto tempo algo vai durar, em vez de decidirmos quanto tempo deveria durar para criar os efeitos paralelos e triunfar, dentro de orçamento aceitável. Tão importante é este conceito que podemos utilizá-lo para determinar se queremos ou não travar guerra. Se não podemos ou não operamos em domínio paralelo, devemos, em primeiro lugar, buscar meios de evitá-la (na maioria das vezes, um curso razoável de ação).

Iniciamos sugerindo que nosso vocabulário e conceitos bélicos estão fora de moda e mal-ajustados e que continuamos a seguir o conceito antigo de Clausewitz e seu enfoque em batalha. As velhas ideias possuíam certo valor prático no passado, quando as forças militares disponíveis a qualquer nação ou organismo eram pequenas e contavam com velocidade e alcance limitados. Por um lado, se uma organização derrotasse as forças armadas de outra, normalmente nada jazia entre o vitorioso e a razão real da guerra – apoderar-se

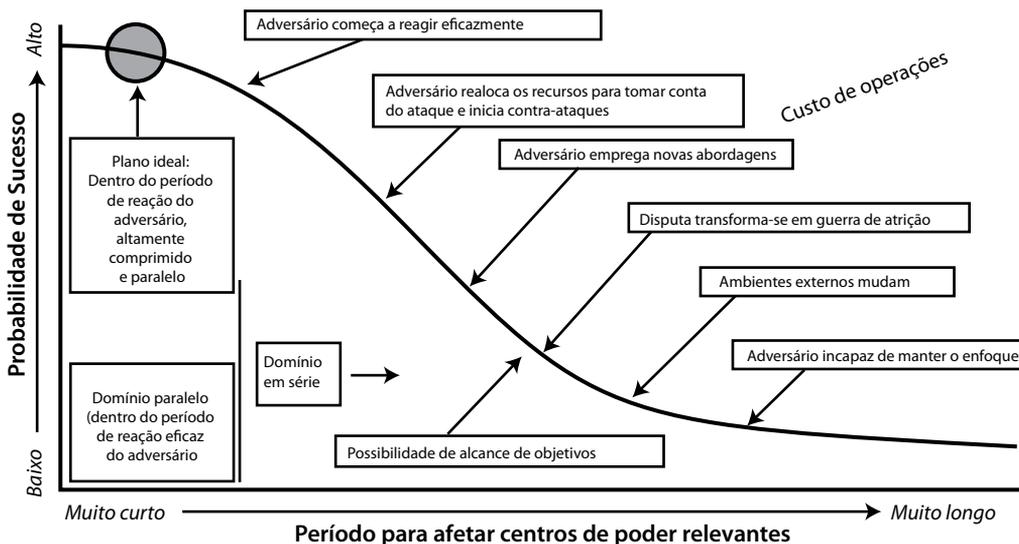


Figura 3. O valor do tempo de ação

de riqueza, quer seja em forma de colheita, terra, ouro ou escravos. Por outro, a falha em superar as forças armadas inimigas deixava sua própria riqueza exposta à confiscação e destruição. Assim, a maior parte de nosso conceito e operações procedia, na verdade, da capacidade extremamente limitada das forças disponíveis. Assim, não possuíamos motivos válidos para pensar além da batalha. Imaginem, contudo, que os exércitos da antiguidade podiam, de forma instantânea, transportar-se aos ricos centros do adversário onde o saque estaria a sua disposição. Será que todo o conceito de guerra teria sido bem diferente? Além do mais, as forças armadas raramente podiam atacar mais de um local ao mesmo tempo. Assim, eram obrigados a proceder em série. Somente durante os últimos 75 anos foi que o poder aéreo tornou possível a investida contra múltiplas fontes de poder, de modo paralelo. Será que existe qualquer dúvida de que é premente reavaliar a guerra?

O poder aéreo capacita-nos a pensar em conflito de perspectiva que vai *além do futuro* [e vice-versa] e em *primeiro-a-etapa-final* e não em ponto de vista baseado na obsessão de Clausewitz e seus discípulos pela batalha. Também possibilita a conjectura que evoca grandes emoções: conflitos com pouco ou sem qualquer destruição ou derramamento de sangue não planejado.

Sempre pensamos em guerra como pura batalha, derramamento de sangue e destruição. De fato, com as ferramentas de guerra previamente disponíveis as opções eram poucas. No entanto, se tivéssemos outro meio de travar guerra, sem destruição ou derramamento de sangue não planejado, será que seria rejeitado ou acolhido? Rapidamente, alguns optariam pelo primeiro, enquanto outros selecionariam o último.

Aqueles que rejeitariam a guerra relativamente sem derramamento de sangue alegam que sem sangue e destruição a guerra não seria guerra e que, de qualquer modo, possuiria demasiado apelo político. Vamos supor, por um momento que, por definição, o derramamento de sangue e a destruição sejam componentes necessários à guerra. A pergunta então seria: Por que travamos guerra? A res-

posta é simples. Para obter algo que de outra forma não conseguiríamos. Isso porque outra nação ou grupo não cederia, voluntariamente o que desejamos. Assim, a guerra é, claramente, um meio para se chegar a um fim – e, por esse motivo, não é um ponto de início estratégico. Sem dúvida, isso sempre irá acontecer. Assim, aquilo que desejamos é o objetivo estratégico. Após determiná-lo começamos a busca de meios para atingi-lo. As opções percorrem toda a gama, de guerra sangrenta e destrutiva a uma forma ou outra de adulação. Entre essas duas encontra-se algo (ainda não identificado) que faz com que seja fisicamente impossível ao possuidor daquilo que desejamos continuar a reter, mas conduz a pouco ou a nenhum derramamento de sangue e destruição. Para facilitar o debate, vamos denominá-la de “força sem sangue.” Se estivesse disponível, a custo razoável, provavelmente seria a opção adotada, toda vez que fracassasse a adulação e quando fosse impossível justificar o conflito armado, como primeira opção. Isso nos leva, uma vez mais, àquela frequente objeção à *força sem sangue*, ou seja, os políticos fariam uso da mesma com demasiada frequência.

É impossível saber se isso ocorreria com maior frequência ou não. Na verdade, nossa habilidade em predizer o que fariam os políticos em dada circunstância é quase zero. O argumento seria válido se houvesse longo registro histórico, comprovando que políticos evitam guerra. Contudo, esse não é o caso. O derramamento de sangue e a destruição da guerra parece ter tido pouco efeito em abrandar os políticos através dos séculos (talvez ocorreu o oposto). Assim, não existem motivos para pensar que haveria maior número de casos de reação física contra adversários.

Quando tomamos parte em conflito, o objetivo estratégico deveria sempre ser o prelúdio de paz mais satisfatória. Normalmente, com esse tipo de paz, o vencido não possui tal ódio do vitorioso, a ponto de fazer com que outro embate seja inevitável. Um meio de reduzir o antagonismo após o conflito é reduzir o sofrimento e o período de recuperação do vencido. Geralmente, as guerras possuem efeitos negativos e de longa duração. No en-

tanto, talvez o poder aéreo consiga, um dia, oferecer alternativa.

Certas pessoas concordariam de que uma força verdadeiramente sem sangue seria excelente, mas tecnologicamente impraticável. Pode ser que sim – atualmente. Amanhã, contudo, é outra história. Já alcançamos grande progresso, como comprovado pelas guerras dos anos 90, nas quais as potências altamente tecnológicas representavam um dos campos combatentes. Devido ao fato de que o poder aéreo possui a capacidade de empregar a força com grande exatidão (precisão de impacto), até mesmo agora fazemos com que as armas consigam atingir os alvos selecionados, na maioria das vezes. O próximo passo exige grande progresso em alcançar precisão real de efeito, onde a energia lançada faz somente aquilo que desejamos que faça. As novas bombas de pequeno diâmetro representam outro passo na direção certa. Com precisão de efeito, combinada à precisão de impacto, a guerra sem sangue torna-se realidade.

Por conseguinte, tentamos defender a premissa de que o poder aéreo só conseguirá atingir o potencial de levar-nos à nova esfera bélica se estiver intimamente vinculado à estratégia além-do-futuro, fim-de-jogo que rejeita idéias anacrônicas de guerra. Especificamente:

- A melhor abordagem estratégica inicia com futura tela; determina os sistemas e fontes de poder que devemos mudar para alcançá-la; leva em consideração o impacto do tempo; e prepara uma saída.
- Devemos manter o enfoque em fontes de poder, diretas e estratégicas, tanto quanto possível.
- O vocabulário bélico foi cunhado na antiguidade, restringindo-nos, física e mentalmente a conceitos que não mais tem sentido. Por conseguinte, a terminologia deve mudar.
- O objetivo bélico é realizar a futura tela, não matar e destruir.

A última tarefa, talvez a mais fácil, é ver se podemos empregar o poder aéreo eficazmente para beneficiar a estratégia centrada

em sistema e não em batalha, a fim de seguirmos rumo à abordagem mais eficiente e eficaz, sem enfoque em morte e destruição.

Com respeito à estratégia e poder aéreo:

- A estratégia é a estrutura para encontrar o melhor meio de atingir os objetivos.
- Se quisermos mudar o adversário, como sistema, para que esteja de acordo com nossos objetivos, a abordagem mais direta é afetar as fontes de poder intimamente relacionadas aos objetivos.
- A rápida ação e breves conflitos são indispensáveis e muito menos dispendiosos do que os lentos e longos.
- À medida que consideramos o conflito, devemos explorar, com muito cuidado, as opções de força sem derramamento de sangue, antes de retroceder à guerra e batalha tradicionais.
- A “batalha”, na melhor das hipóteses, é um meio caro e arriscado para se chegar a um fim distante. Quase sempre devemos evitá-la.

Se assimilarmos esses pontos, começaremos a encontrar os meios para levá-los a efeito.

Nossas opções, em amplo sentido, incluem poder terrestre, marítimo e aéreo. No entanto, antes de examiná-los, vale à pena certa elaboração. Na realidade, exércitos e marinhas possuem poder aéreo, enquanto que as forças aéreas, normalmente, contam com bem pouco poder terrestre, além daquele necessário para leve segurança. Para simplificar, não mencionaremos as forças armadas atuais. Assim, o poder terrestre é tudo aquilo essencialmente “atrelado” diretamente ao solo, inclusive, pessoas, tanques e artilharia. O marítimo é tudo aquilo que opera na ou sob a água, sem incluir aeronaves ou mísseis lançados de navios. O aéreo é tudo aquilo guiado que voa pelo ar e espaço, não importa o proprietário ou plataforma de lançamento. Se quisermos evitar discussões bairristas que só confundem a avaliação das opções, devemos manter as definições acima. Após alcançar as conclusões, podemos decidir quais as organi-

zações que terão direito à posse e operação dos três tipos de poder.

O poder terrestre, o instrumento de conflito mais antigo e historicamente mais prevalente é lento e normalmente afeta somente as forças em campo – o quinto círculo exterior, raramente conectado, de forma direta, a objetivo estratégico. O poder terrestre possui habilidade mínima de levar a cabo operações paralelas, por conta própria, ou operar sem grande destruição e derramamento de sangue.

O poder marítimo pode investir contra fontes de poder, direta ou intimamente relacionadas a objetivos estratégicos somente se forem acessíveis do mar [ou grande sistema hidrográfico], o que corresponde à grande parte do mundo, mas não à toda superfície terrestre. Até mesmo a maioria das nações e organizações com litoral possui grande número de fontes de poder à grande distância do litoral. O poder marítimo pode movimentar-se com maior rapidez do que o terrestre e consegue colocar maior número de fontes de poder sob ataque. No entanto, na maioria, não consegue executar operações paralelas. Pode levar a efeito operações com muito menos destruição e derramamento de sangue do que as operações terrestres.

O poder aéreo consegue operar, virtualmente, contra todas as fontes de poder, diretamente relacionadas a objetivos estratégicos, não importa onde estejam. Porque pode fazer muitas investidas em períodos reduzidos de tempo é especialmente indicado à operações paralelas. Finalmente, o poder aéreo produz efeitos apropriados com pouca destruição e derramamento de sangue, se desejado.

A potência avassaladora do poder aéreo em mudança de jogo deve estar bem clara. No entanto, não parece ser o caso com a maioria das autoridades governamentais e oficiais militares, inclusive muitos que operam certas fatetas da capacidade aérea. No entanto, para assegurar que recurso tão valioso seja utilizado de modo apropriado, nós, os Militares da Força Aérea devemos parar de pensar que podemos fazê-lo com as duas metodologias principais empregadas durante os últimos anos: anunciar, ao som de trombetas, a tecnologia espetacular; simplesmente pedir que os

membros das três forças armadas recebam tratamento igualitário.

A tecnologia é espetacular. No entanto, devemos emular o comércio, que há muito aprendeu que a venda de produto é muito mais do que alardear as vantagens técnicas. O consumidor adquire o produto porque percebe a grande lacuna preenchida em sua vida. O desempenho dos patrocinadores do poder aéreo não foi muito bom nesse sentido. Se a potência aérea for, de certa forma, distinta, devemos realçar as diferenças e demonstrar, de modo convincente, que preenche necessidade vital.

Tudo isso conduz, uma vez mais, à estratégia. A comercialização do poder aéreo, que queira ou não, deve preceder seu emprego inteligente – deve principiar vinculando-o, de forma exclusiva, à nova abordagem para alcançar o sucesso em conflitos. Se for aceita, é a óbvia solução. Se fracassar, somos apenas mais um bando de camelôs, à venda de bugiganga. Dessa forma, a propaganda é a prioridade número um para o poder aéreo, embora muitos não se sintam lá muito confortáveis com isso. Tampouco possuem o conhecimento necessário para a tarefa.

O alvo deve ser o contribuinte do Imposto de Renda, bem como as autoridades competentes em geral. De fato, devemos tentar solucionar o problema do mesmo modo que faríamos com outras situações, como por exemplo a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990. Isso quer dizer: estabelecer uma futura tela para o poder aéreo; compreender a necessidade de transformar nosso próprio sistema; empregar as tentativas contra as fontes de poder dentro de nosso próprio sistema; e procurar operar em [sistema] paralelo, oferecendo, a nós mesmos, a máxima probabilidade de sucesso ao mais baixo custo possível. Se não adotarmos essa abordagem, estaremos relegados a tentar convencer os patrocinadores das forças terrestre e marítima a concordar com algo que pensam estar contrário aos seus interesses.

O sucesso que obtivemos durante o século passado foi devido, principalmente, a nova abordagem exclusiva para alcançar sucesso bélico. Quando o público e os líderes civis governamentais compreenderam o valor do

poder aéreo, inclusive o custo de depender de outros meios, os planos para a aplicação inovadora ganharam aceitação, como comprovado pelo: uso britânico do poder aéreo na década de 20 na Mesopotâmia; ênfase em poder aéreo durante a década de 30, à medida que outra guerra européia surgia no horizonte; ataque aéreo à longa distância na Alemanha e Japão como parte principal do empreendimento da Segunda Guerra Mundial; o enorme investimento em poder aéreo como arma e dissuasão durante a primeira metade da Guerra Fria; e o uso do poder aéreo durante a década de 90. Nenhum deles teria ocorrido se tivessem dependido de voto da “equipe conjunta.” Em outras palavras, o poder aéreo obteve sucesso, quando participou naquilo que denominaríamos de jogo de fora e muito menos sucesso quando tentou jogar com o time.

Os patrocinadores do poder aéreo, não só necessitam direta conexão com a estratégia, comercializando muito bem o produto, mas devem também começar a ter fé no mesmo. Aqueles que entabulam debate, notando que o poder aéreo “não pode fazer tudo” prejudicam a si mesmos e a audiência. O que querem dizer é que o poder das forças armadas não consegue fazer tudo ou preencher certos objetivos – uma declaração completamente verdadeira. Se, contudo, um problema for apto à solução militar, por que desqualificar o poder aéreo de qualquer um de seus aspectos? Por que começar com “o poder aéreo é limitado”, em vez de “o poder aéreo não possui limites”? Em outras palavras, devemos, no mínimo, ini-

ciar com a suposição de que pode levar a cabo qualquer tarefa militar. Caso contrário, acabamos profetizando a realidade, sem mesmo examinarmos as possibilidades, porque “todo o mundo já está careca de saber” que sempre usamos baionetas guiadas por seres humanos, como o dispositivo preferido e isso “jamais mudará.” De improviso, só uma coisa vem à mente que o poder aéreo não pode fazer e que outra forma de poder militar pode: fisicamente prender pessoas. Mas, se agora não podemos, que tal amanhã?

Após considerar o problema com muito cuidado, pode ser que a decisão seja que o poder aéreo não vai funcionar. Aceitamos a resposta – por enquanto.

É claro que defender o conceito ilimitado do poder aéreo expõe o indivíduo à acusações de fanatismo, incapacidade de trabalhar “em conjunto” e outros tipos de rotulagem negativa. Mas devemos ter suficiente confiança para dar de ombros. Houve época em que os Militares da Força Aérea resistiram às tentativas de marginalização e acabaram fazendo o impossível, uma vez atrás da outra. Se quisermos uma força mais capaz amanhã e um futuro mais promissor, acessível, eficaz, com menor risco, devemos então recuperar a coragem e confiança dos antecessores. Se o fizermos, estabeleceremos a capacidade aérea, uma vez mais, como conceito inestimável à nação e à civilização – aquela que proporcionará enormes dividendos em investimento humano e monetário necessários para atingir sua extraordinária promessa. □

Notas

1. A citação da *Western Union* é amplamente atribuída a memorando interno de empresa datado 1876. Ver, por exemplo, *All Great Quotes*, http://www.allgreatquotes.com/stupid_quotes124.shtml. Para a citação de Olsen, ver Jonathan Gatlin, *Bill Gates: The Path to the Future* (New York: Avon Books, 1999), 39.

2. Ver *Great-Quotes.com*, <http://www.great-quotes.com/quote/861686>.

3. *Encyclopedia Britannica*, academic ed., s.v. “Military Aircraft: Early History,” acessado em 23 novembro 2010, <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/382295/military-aircraft/57483/Early-history?anchor=ref521642>.

4. Carl von Clausewitz, *On War*, rev. ed., ed. e versão ao Inglês de Michael Howard e Peter Paret (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984), 97.

5. Duas ou mais pessoas em cooperação constituem um sistema.

6. Sir B. H. Liddell Hart, *Strategy* (New York: Meridian, 1991), 204.

7. Uma das partes principais do Plano Briggs Britânico [*British Briggs Plan*] para derrotar a insurgência exigia isolar os insurgentes daqueles que os apoiavam entre a população étnica chinesa da Malaia. O plano requeria a transferência forçada, de cerca de 500.000 membros da

população rural, inclusive 400.000 chineses, de áreas invadidas a acampamentos recém construídos, sob guarda, denominados *New Villages* projetados para manter os habitantes encerrados e os guerrilheiros fora dos mesmos. Muitas pessoas transferidas ficaram contentes com a melhor condição de vida nas vilas. Ver *Wikipedia: The Free Encyclopedia*, s.v. “Malayan Emergency,” acessado em 28 novembro 2010, http://en.wikipedia.org/wiki/Malayan_Emergency.

8. Sun Tzu, *Sun Tzu A Arte da Guerra – Os Treze Capítulos Originais*, tradução do chinês *Sun Zi Bing Fa* de André da Silva Bueno (São Paulo: Jardim dos Livros, 2010), 35.

9. O Comando de Bombardeiros da [RAF Bomber Command] foi bem ativo em 1943, mas direcionou virtualmente todos os ataques contra cidades, à noite, com o objetivo principal de “baixar a moral e destruir as casas dos trabalhadores.” Ver Richard G. Davis, *Bombing the European Axis Powers: A Historical Digest of the Combined Bomber Offensive, 1939–1945* (Maxwell AFB, AL: Air University Press, April 2006). Extraí os dados do CD do livro, que incluía os arquivos “1943.xls” e “I Sheet Key.pdf.” A citação acima foi extraída da pág. 6 do último arquivo [citado acima] da seção intitulada “General Information.”

10. *Ibid.* Dados extraídos dos arquivos do CD “1943.xls” e “I Sheet Key.pdf.” Para essa análise, contei como “ataque” somente as missões que começaram com 10 ou mais aeronaves. Das aproximadamente 72 missões de me-

nos de 10 aeronaves, 29 atingiram áreas industriais não definidas e 30 acabaram por atingir alvos indefinidos de improvisado (em 1943 o último geralmente significava qualquer alvo alternativo, selecionado a esmo, quando a aeronave não conseguia encontrar os alvos designados, devido a mau tempo). As 11 categorias de alvos atingidos em 1943 são as seguintes (o número entre parênteses indica o círculo no qual creio que o alvo se encaixaria, usando o sistema de cinco círculos): fabricação de aeronaves (cinco); rolamentos (dois); áreas industriais (três ou quatro); áreas de triagem (dois); refinarias de petróleo sintético (dois); áreas portuárias (cinco); transporte marítimo (cinco); aço (dois); borracha (dois); pneus (cinco); e estaleiros de submarinos (cinco). À parte, se estivesse planejando investida contra adversário similar na época atual, não atingiria fábricas de aço, borracha ou outras áreas industriais, porque não causam impacto geral ao adversário ou sistema. Assim, na realidade não pertencem aos alvos do círculo dois.

11. “Operation Allied Force,” *GlobalSecurity.org*, acessado 28 novembro 2010, http://www.globalsecurity.org/military/ops/allied_force.htm.

12. Emprego o vocábulo *domínio* neste contexto, a fim de ilustrar a diferença dramática entre o mundo de ataques em série e paralelos. A Força Aérea dos EUA não se refere a domínios em série ou paralelos. Emprega a palavra domínio em relação ao ar, espaço e ciberespaço.



Coronel John A. Warden III, USAF, Reformado Formando da Academia da Força Aérea dos Estados Unidos [*United States Air Force Academy – USAFA*]. Mestre da *Texas Tech University*. Comandante Reformado da Escola de Comando e Estado-Maior da Força Aérea dos Estados Unidos, Base Aérea Maxwell, Alabama, junho de 1995. Durante a ativa obteve extensa experiência de voo, Comando e Estado-Maior. Conta com mais de 3.000 horas de voo em uma série de aeronaves, inclusive o *F-4*, *OV-10* e *F-15*. Cumpriu com mais de 250 missões de combate no Vietnã: Controle Aéreo Avançado. Foi o Comandante da 36ª Ala de Caças Táticos [*36th Tactical Fighter Wing*] na Alemanha. Outros postos consistem de dois turnos no Estado-Maior da Aeronáutica. O segundo deles foi como Diretor Adjunto de Combate. Nesta capacidade liderou o planejamento para desenvolver a campanha aérea estratégica (originalmente denominada *Instant Thunder*) durante a Primeira Guerra do Golfo. Após a guerra, foi o Adjunto Especial ao Vice-Presidente dos Estados Unidos, com enfoque em questões de competitividade. Após ingressar à vida civil, fundou *Venturist Incorporated*, cuja especialização é assessoria à grande variedade de empresas, aperfeiçoando resultados, através de execução e raciocínio estratégicos. Participou em grande número de programas de televisão e é o autor de dois livros: *The Air Campaign* e *Winning in FastTime*. Formando da Escola de Oficiais de Esquadrão [*Squadron Officer School*] (correspondência), Escola de Comando e Estado-Maior (semestral) e da Escola Superior de Guerra Nacional. As condecorações recebidas incluem a *Distinguished Service Medal*, *Defense Superior Service Medal*, *Legion of Merit*, *Distinguished Flying Cross* e *Air Medal with 10 oak leaf clusters*.